

Quinta-Feira, 23 de Abril de 2026

Operação contra “jogo do tigrinho” bloqueia R\$ 10 milhões e mira família por lavagem de dinheiro

Operação Aposta Perdida

REDAÇÃO

A Polícia Civil de Mato Grosso deflagrou, na manhã desta quinta-feira (23), a **Operação Aposta Perdida**, para cumprir 34 ordens judiciais contra um grupo criminoso composto por membros de uma mesma família, investigado por envolvimento em crimes de lavagem de dinheiro, associação criminosa e exploração de jogos de azar online.

As ordens judiciais incluem sete mandados de busca e apreensão domiciliar e empresarial, duas suspensões de atividades econômicas, dois bloqueios de contas em redes sociais, cinco sequestros de imóveis, quatro sequestros de veículos, quatro cautelares de apreensão de passaporte e 10 bloqueios de contas físicas e jurídicas no valor de R\$ 10 milhões. Todas foram expedidas pelo Núcleo de Justiça 4.0 do Juiz das Garantias - Polo Cuiabá.



A investigação, conduzida por meio da Gerência de Combate ao Crime Organizado e da Delegacia Especializada de Repressão ao Crime Organizado (GCCO/Draco), com apoio da Diretoria de Inteligência, identificou um esquema estruturado de obtenção de valores ilícitos por meio da divulgação e intermediação de plataformas ilegais de apostas, conhecidas popularmente como “jogo do tigrinho”, que são consideradas ilegais por não estarem regulamentadas no país.

Os mandados são cumpridos nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande, além do município de Itapema, no Estado de Santa Catarina. Entre os principais alvos estão integrantes de um mesmo núcleo familiar, além de pessoas jurídicas ligadas ao grupo, que seriam utilizadas para ocultar a origem ilícita dos recursos.

A operação tem como objetivo desarticular o esquema criminoso, interromper a circulação de valores ilícitos e aprofundar a coleta de provas, contribuindo para a responsabilização dos envolvidos.



Jogos digitais e lavagem de dinheiro

Os elementos apurados apontaram que os investigados utilizavam redes sociais para promover os jogos, atraindo participantes com promessas de ganhos fáceis e elevados. O modelo de funcionamento apresentava características típicas de pirâmide financeira, em que os rendimentos dependiam da entrada de novos usuários.

Apontado como principal articulador do esquema, o alvo principal exercia papel central na movimentação financeira e na ocultação dos valores ilícitos ganhos com a divulgação dos jogos de azar, utilizando empresas e bens de alto valor para dar aparência de legalidade aos recursos.



As investigações também apontaram que os valores obtidos eram dissimulados por meio de empresas, movimentações financeiras fracionadas e aquisição de bens de alto valor, incluindo imóveis de luxo, veículos importados, como BMW, Land Rover e Porsche, e outros patrimônios incompatíveis com a renda declarada.

Há indícios ainda de uso de “laranjas” e empresas de fachada, bem como transações simuladas para dificultar o rastreamento financeiro. Relatórios técnicos produzidos ao longo da investigação evidenciaram movimentações milionárias, divergências fiscais e vínculos com outras pessoas investigadas por crimes semelhantes, além de conexões com plataformas e contatos internacionais associados a fraudes digitais.



Influencers

As investigações também apontaram o papel central da esposa e da cunhada do principal investigado, que atuavam como influenciadoras digitais no esquema criminoso e utilizavam suas redes sociais para promover plataformas ilegais de apostas, atraindo seguidores com promessas de ganhos fáceis e elevados.

Por meio de postagens frequentes, ostentação de resultados e divulgação de links para acesso aos jogos, as investigadas ampliavam o alcance das plataformas, muitas vezes utilizando contas demonstrativas para simular lucros. Além de fomentar a adesão de novos usuários, essa atuação contribuía diretamente para a geração de receitas ilícitas, posteriormente inseridas no sistema financeiro por meio de mecanismos de ocultação e dissimulação.



Vida de alto padrão

O alto padrão de vida ostentado pelos investigados, considerado incompatível com a renda formal declarada, foi um dos pontos que chamou a atenção nas investigações.

Mesmo tendo como atividade econômica empresas de pequeno e médio porte, o grupo adquiriu, em um curto espaço de tempo, imóveis de alto padrão, veículos de luxo, realizou viagens frequentes e passou a ostentar elevado padrão financeiro nas redes sociais, sem lastro econômico lícito que justificasse tais aquisições.